

ATA - TRE-AP/PRES/DG/GAB-DG

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Portaria TRE-AP 240/2018 (ID SEI 0301186)

Ata de Reunião

1. DADOS DA REUNIÃO

Data: 29.03.2022	Início: 14:27min	Término: 16h	Local: Sala de Reunião da Diretoria Geral
Pauta	Estratégia Nacional de Cibersegurança		

2. PARTICIPANTES

Nome	Cargo	Função
Francisco Valentim Maia	Diretor-Geral	Presidente
Emanoel dos Santos Flexa	Secretário da STI	Membro
Francisco Roberto Cavalcante Dantas	Representante da Secretária da SGP	Membro
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Secretária da SAO	Membro
Mylene Lages Mendes de Azevedo	Secretária da SEJUD	Membro

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES

O Diretor-Geral, **Francisco Valentim Maia**, deu boas-vindas a todos, e iniciou a reunião passando a palavra para o **Secretario da Tecnologia da Informação, Emanoel Flexa**, que explicou que o objetivo da reunião seria apresentar a todos a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, a qual foi criada para aumentarmos o nível de segurança da informação de toda a Justiça Eleitoral. Mostrou na apresentação diversos processos SEI relacionados à Estratégia. Informou que se trata de um grande plano, dividido em 5 eixos, os quais possuem metas para cada ano para todos os regionais. Ressaltou que houve e ainda está havendo um aumento exponencial de ataques cibernéticos. Destacou em um slide que somente em 2021 houve diversos ataques cibernéticos ocorridos contra diversas instituições privadas e públicas (inclusive o judiciário). Informou também que ele foi questionado recentemente pela equipe do Presidente sobre alguns aspectos de segurança no TRE, os quais foram repassados à equipe.

Inicialmente destacou que um dos principais objetivos da Estratégia é preparar os regionais aos novos desafios de proteção contra ataques cibernéticos, em especial nas Eleições 2022. Informou que sofremos e sofreremos tentativas de ataques contra nossos sistemas administrativos.

O STI frisou que na Estratégia existem 5 eixos com um conjunto de ações e metas a serem realizadas a cada ano nos Tribunais.

Informou que, para cada eixo, além das metas do TSE, há ainda um conjunto imenso de ações não necessariamente citadas diretamente na estratégia a serem realizadas no TRE-AP.

No eixo Sensibilização e Conscientização informou que a meta de 2021 seria realizar reuniões com a alta Gestão para sensibilização e conscientização. Informou que o tema já foi apresentado ao Presidente no Coptrel e que já havia mostrado o tema em reunião anterior do comitê, quando o objeto principal da reunião foi alocação de cargos vagos no TRE. Informou, porém, que decidiu realizar essa nova reunião para apresentar novamente e com mais detalhes toda a Estratégia e solicitar apoio para o cumprimento das metas, em especial sobre a meta de estrutura organizacional. Ainda no eixo Sensibilização e Conscientização informou ainda que este ano temos as capacitações e conscientizações sobre segurança e ataques ao usuário. Informou ainda que participou de uma apresentação de uma empresa que tem uma plataforma de conscientização a ataques ao usuário. Destacou que através do usuário se tem a maior fonte de invasão das redes, pois eles abrem mensagens e links que são enviados para o computador, os quais têm o objetivo de obter credenciais dos usuários. Informou que já havia sido decidido no PAC por haver ação específica para esse fim. Mostrou que há o processo SEI 0000504-06.2022.6.03.8000 sobre Capacitações e Conscientização e o processo SEI 0001052-31.2022.6.03.8000 sobre plataforma de conscientização, a qual o STI participou de apresentação da plataforma e informou que o TRE-AP entrará como participante na licitação do TRE-ES.

Em seguida, iniciou a discussão sobre o Eixo Política e Normas. A meta para o TRE-AP até o momento seria aprovar a PSI do TRE-AP e as normas técnicas referentes a PSI/TRE-AP. A PSI é uma resolução de segurança da Justiça Eleitoral. Informou que a STI já submeteu a nova PSI/TRE-AP para aprovação da Comissão de Segurança e ela já está disponível para Presidência, para aprovação do pleno. Após a aprovação da PSI, as normas técnicas serão encaminhadas para aprovação da Presidência.

Destacou que não obstante a PSI da JE e a PSI/TRE-AP citar que existe a necessidade de se criar 8 normas técnicas, a STI identificou que, na verdade, deveriam ser criadas cerca de 28 normas.

O STI exibiu tela do sistema de projetos da Secretaria e mostrou todas as 28 normas que devem ser criadas.

Em seguida, iniciou a apresentação do Eixo Ferramentas Automatizadas. Mostrou que, somente até 2022, seria necessário realizar 39 aquisições de ferramentas. Citou que algumas delas serão compradas em conjunto e lideradas por outros regionais. Mas informou que, mesmo que eles comprem 10 a 15, ainda haveria um número exageradamente alto, considerando a quantidade de pessoal e complexidade das aquisições.

Após, apresentou o Eixo Serviços Especializados, no qual, como meta de 2021 e 2022, envolve a capacitação de equipe técnica, contratação de serviços especializados (como monitoramento) e realizações de simulações de ataques e defesa, um dos itens questionados pela equipe da

presidência.

Em seguida, deu início ao Eixo Pessoas e Unidades Organizacionais. A meta de 2021 seria montar equipe (de pelo menos 1 pessoa) dedicada ao assunto. Para 2022, informou que a meta seria capacitação da ETIR e para 2023 possuir estrutura organizacional (um seção de cybersegurança dentro da STI e uma seção de gestão de SI fora da STI).

Em decorrência de toda a complexidade, abrangência e relevância do assunto, citou que a criação da seção de cybersegurança dentro da STI era fundamental para que os todos os trabalhos citados nos outros eixos pudessem ser realizados.

O STI demonstrou que, não obstante a estratégia ser muito grande e complexa de ser executada, ainda possui centenas de ações internas identificadas pela STI para elevar o nível de maturidade em segurança. Demonstrou tela do Sistema de Projetos da STI, com o mapeamento de um projeto de implementação dos controles SIS Control. Exibiu um total de 282 ações e citou que estas ações não são simples despachos, e sim atividades que demoram semanas e às vezes diversos meses para serem finalizadas, pois algumas delas envolve, por exemplo, processo licitatório, treinamento, implantação entre outras atividades.

Em seguida, mostrou ainda que não obstante tudo isso, ainda haveria as atividades do dia a dia da futura Seção de Cybersegurança, que, sozinhas, já seriam suficientes para ocupar todo o dia da seção. Mostrou slide de exemplo de atividades, tais como analisar logs e alertas dos switches e equipamentos das redes de comunicação, instalar e providenciar configurações seguras para os serviços/equipamentos do TRE AP; testes de Invasão Equipes de red team e blue team (questionamento do Presidente) ; teste de Conformidade de Frameworks e Padrões de Segurança; Gestão de Vulnerabilidades; acompanhar notícias de segurança da informação e CVEs, "atividade que não tem descanso, pois todos os dias são publicadas notícias de CVE"; acompanhar a Estratégia Nacional de Cibersegurança e Grupo Nacional de Segurança da JE.

Assessor da ASPLAN Cláudio Xavier, perguntou se tem um servidor dedicado e voltado somente para a segurança

O Secretário da STI, explicou que não tem ainda um servidor com dedicação 100% exclusiva para este trabalho, mas que está capacitando um membro da sua equipe para que fique.

A Secretaria de Orçamento Dilma Célia de Oliveira Pimenta, lembrou que durante a reunião de Diretores foi citado que agora estão dando andamento ao plano de cargos e salários para ajudar nesta área, enquanto não é aprovado o TRE ira fazer uma contratação de 3 pessoas com nível superior para a STI.

O Diretor-Geral, Francisco Valentim Maia, perguntou quem seria hoje o servidor indicado para ficar responsável pelo trabalho de Cibersegurança.

O Secretário da STI, relatou então aos membros sobre a atual composição de toda a sua equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e suas funções (SEI 0530927), mostrou o remanejamento dos servidores para atender as demandas solicitadas pelo TSE, e disse que o servidor Genival e mais outro servidor serão os responsáveis para tratar sobre segurança, porém citou que hoje o servidor Genival é chefe da seção SME, que não tem relação com Cybersegurança. Citou, inclusive que, devido ao grande volume de atividade de segurança, as funções da SME estão sendo exercidas por outra unidade.

A Secretaria da SEJUD Mylene Lages, pediu a palavra e perguntou para os membros o que estava faltando para que se colocasse no papel e encaminhassem esta demanda de solicitações para o Corregedor, já que o próprio Corregedor se colocou a disposição para buscar os recursos através dos projetos referentes a STI. Que deveríamos escrever quantos cargos e funções o TRE/AP necessita. Falou ainda que esta evolução de atribuições da STI tinha que estar no papel, para poder o Corregedor que tem a gestão administrativa para pleitear.

O Diretor-Geral, Francisco Valentim Maia, explicou aos membros que é necessário levar soluções junto com os pedidos. E que cabe a nós como Gestores levar as alternativas para os problemas que estão pendentes de soluções.

A Secretaria de Orçamento Dilma Célia de Oliveira Pimenta, lembrou a todos que pela importância da STI, ela foi transformada em área estratégica.

Houve debates entre os membros sobre as contratações, capacitações em Segurança Cibernética, funcionalidade da equipe e outras situações do TRE-AP.

O STI informou que entende as dificuldades para reorganização da estrutura organizacional no Tribunal. Citou que precisa também de outras unidades, conforme SEI 0530927, mas citou que, neste momento, a Seção de Cybersegurança dentro da STI é urgente e fundamental para que o servidor ou servidores da nova seção possam se dedicar de forma exclusiva ao assunto e possam dar andamento no conjunto extremamente relevante de ações e projetos apresentados durante a reunião sobre Segurança e a Estratégia Nacional de Cibersegurança.

O Diretor-Geral, Francisco Valentim Maia, fez um panorama da situação atual do TRE citando as dificuldades de realizar a organização estrutural proposta. Por fim, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Simone Rogéria Sales Silva, lavrei esta Ata que e assinada por todos.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO VALENTIM MAIA, Diretor(a)-geral**, em 07/04/2022, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Secretário(a)**, em 07/04/2022, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMANOEL DOS SANTOS FLEXA, Analista Judiciário**, em 07/04/2022, às 19:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO ROBERTO CAVALCANTE DANTAS, Chefe(a) de Seção**, em 26/04/2022, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0596022** e o código CRC **40B44798**.